

Decolonização e reflorestamento de metodologia como construção dos saberes das identidades étnicas, raciais e de gênero a partir de uma mulher negra, uma mulher indígena e uma bixa preta

Aclaís Tainã Amaral Gomes Santos¹
Itaynara Rodrigues Silva²
Isaac Marlon Vasconcelos do Nascimento³
Maria Lidiany Tributino de Sousa⁴

Resumo: Este artigo propõe o reflorestamento metodológico como prática de decolonização epistêmica e afirmação de saberes produzidos por sujeitos historicamente subalternizados. Ancorado em autores que são referências nas pesquisas das autoras e a partir das experiências de uma mulher negra, uma mulher indígena e uma bixa preta, psicólogas e pesquisadoras vinculadas ao Mestrado em Saúde da População Negra e Indígena, são descritas e analisadas metodologias como a Sociopoética, o Construcionismo Social e a Escrivência que norteiam suas pesquisas de Mestrado. Trata-se de uma revisão teórica que retoma conceitos centrais que contribuirão para pensar práticas metodológicas decoloniais. Essas abordagens evidenciam a potência de metodologias situadas, comunitárias e politicamente implicadas, capazes de contrapor-se aos paradigmas eurocentrados de neutralidade e universalidade. As práticas metodológicas apresentadas reafirmam o compromisso com uma ciência situada, sensível e politicamente implicada, que valoriza as epistemologias ancestrais e coletivas como formas legítimas de produzir e compartilhar saberes, rompendo silenciamentos e possibilitando futuros epistemológicos plurais.

Palavras-chave: Decolonização. Racismo. Reflorestamento metodológico. Saberes.

¹ Discente do Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena da UFRB. Psicóloga CRP-03/16939. E-mail: psi.aclaisamaral@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5606105539194800>. ORCiD: <https://orcid.org/0009-0007-6551-8918>.

² Discente do Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena da UFRB. E-mail: itaynararodrigues@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1730919913570559>. ORCiD: <https://orcid.org/0009-0007-6762-1249>.

³ Discente do Mestrado Profissional em Saúde da População Negra e Indígena da UFRB. Professor Universitário na Unifacamp – BA e na Fazag – BA. E-mail: isaac.8115@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3801743954025218>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-9220-6334>.

⁴ Doutora em Saúde Coletiva. Docente do departamento de Psicologia da UFPB. E-mail: maria.tributino@academico.ufpb.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424829918826148>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-2332-8821>.

Linda Tuhiwai Smith (2018), em seu livro *Descolonizando Metodologias: Pesquisa e Povos Indígenas*, traz as barreiras coloniais e imperialistas ocidentais que obstaculizam as pesquisas nas universidades. Segundo a pesquisadora Maori, os estudos são marcados pela ausência de referências teóricas e metodológicas baseados na perspectiva de pessoas indígenas como sujeitos ou pesquisadores. É notória a presença de epistemologias e métodos, na pesquisa, que se baseiam nos indígenas como objetos, “problemas” ou “questões de estudo”, ou seja, aqueles sobre os quais será exercido domínio a partir da expropriação de seus conhecimentos. Segundo a autora “A pesquisa é uma das palavras mais sujas no vocabulário do mundo indígena” (Smith, 2018, p. 1). Essa afirmação demonstra a relação histórica que as academias tiveram e ainda possuem com os povos indígenas.

Percebe-se que, nas produções de pesquisas, há uma intensa pretensão interpretativas de um “outro” para compreendê-lo como objeto. O “outro” é criado e marcado pelos arquivos de racialização, passando a ser visto como risco e ameaça, precisando ser eliminado, invisibilizado. Como expõe Kilomba, no primeiro capítulo “The Mask” do livro *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*, traduzido por Jesus (2016), o “outro” torna-se a representação do que o sujeito branco tem medo de reconhecer em si. Nessa história marcada pelo colonialismo, há uma repetição infinita da pesquisa com pessoas indígenas, negras e de dissidências sexuais como uma representação constante da imagem colonial, branca, cisheterocentrada como ideal de humanidade/pesquisador, e o “outro” como cópia degradada desse ideal e objeto de pesquisa.

Para Smith (2018), essa aprendizagem enraizou-se, também, nas estruturas educacionais. Segundo a autoria supracitada, o pensamento colonial/moderno/ocidental, com suas ideias de tempo e espaço, teoria e escrita, desumaniza, coisificando o sujeito colonizado e apresenta-se como racional, superior, único e produtor de verdades. Nota-se que, em diversos espaços de produção de saber e conhecimentos, autorias negras não são ou pouco são mencionadas, prevalecendo o saber colonial que aponta o sujeito branco como universal, descartando a diversidade na população brasileira e reforçando o apagamento de saberes dessa população.

Durante séculos, os povos africanos foram concebidos por discursos hegemônicos ocidentais como sujeitos a-históricos, destituídos de racionalidade e, portanto, incapazes de produzir epistemologias e filosofias próprias. Essa negação da humanidade do sujeito negro, operada sobretudo pela filosofia ocidental, fundamentou-se em um processo sistemático de inferiorização que o posicionou em uma categoria subumana ou animalizada. Tal construção ideológica não apenas legitimou a exclusão do negro dos marcos civilizatórios eurocêtricos, mas também contribuiu para seu contínuo deslocamento e marginalização nos registros da história da humanidade (Lourenço; Haliski; Baptistella, 2024).

Para Spivak (2010), as vozes das pessoas, que têm seus corpos marcados por códigos que são efeitos da subalternização, são silenciadas. Esse silenciamento, segundo a escritora, não se dá por uma impossibilidade de fala, mas de escuta. No título do seu livro, Spivak (2010) faz a seguinte indagação: Pode o subalterno falar? E responde radicalmente: Não. Contudo essa afirmação não diz de uma impossibilidade dessas vozes subalternizadas articularem um discurso, mas delas não poderem ser escutadas ou lidas. Desse modo, a escritora, redireciona o problema da fala ao da escuta e apresenta que a condição de subalternidade é a de silêncio no discurso hegemônico que desclassifica os conhecimentos das pessoas colonizadas, furtando-lhes o poder de enunciação epistêmica, fazendo-as ocuparem lugares nos quais suas vozes não serão ouvidas, conferindo a especialistas o poder e o direito de falarem em nome das pessoas subalternizadas. A condição de subalternidade é a de silêncio no discurso hegemônico, como nos traz Lugones (2010) quando trata das epistemologias marginalizadas.

Para Jota Mombaça (2015), as falas subalternas vibram fora do campo de audibilidade da escuta dominante e projetam um novo regime de escuta, desorganizando espectros sonoros hegemônicos. A inspiração em Spivak e Krabbe, invoca alguns questionamentos em Mombaça: que ocorre quando uma pessoa subalterna fala? Pode um saber dominante escutar uma fala subalterna quando ela se manifesta? Desse modo, no lugar de colocar em questão a capacidade do subalterno formular saberes, problematiza a capacidade dos marcos epistemologicamente consolidados hegemonicamente reconhecerem, escutando ou lendo, as pessoas tidas como subalternas.

Segundo as autoras Reis e Silva (2021), ao citar a autora Nilma Lino Gomes (2010), mencionam o fato de que a presença de pessoas negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento – não mais como meros objetos de estudo, mas como sujeitos epistêmicos – constitui um marco nas lutas sociais pelo direito à educação e à produção de saberes, bem como na luta contra o racismo estrutural. Ao adentrarem o espaço universitário, pesquisadores oriundos de distintos grupos étnicos e sociais promovem uma reconfiguração dos modos de produzir conhecimento. Trata-se de uma produção que se dá por esses sujeitos, estabelecendo articulações com os movimentos sociais, em oposição à tradição de produzir saberes sobre esses sujeitos e suas experiências.

O projeto colonialista impôs o extrativismo intelectual ou como propõe Vandana Shiva (2003) a monocultura da mente. A autora ressalta que a monocultura da mente é fruto de processos de colonização intelectual com eliminação dos saberes tradicionais dos povos colonizados e consideração dos sistemas de saberes locais como primitivos e ultrapassados, negando-lhes existência. As pesquisas reforçaram e reforçam a monocultura da mente com a tradição ocidental de se pensar o mundo através de métodos e processos investigativos e observáveis, sendo estabelecidos critérios para validar ou invalidar corpos/culturas e suas produções de conhecimento. Vandana Shiva (2003) e Ailton Krenak (2020) alertam para a forma como o conhecimento científico se impõe sobre os saberes tradicionais, não como políticas de diálogo, mas como imposição ou exclusão.

Smith (2018) apresenta possibilidades de reflorestamentos na pesquisa a partir de projetos de autodeterminação intelectual e política quando realizados “por” e “com” os povos indígenas, oferecendo significativa contribuição para a decolonização epistêmica e metodológica. É nesse deslocamento que se encontra o gesto de **reflorestar**: interromper o processo histórico de desmatamento epistêmico que arrancou e interditou modos de conhecer, substituindo-os por modelos universais e neutralizados, reintroduzindo práticas investigativas que brotam das cosmologias, ancestralidade, éticas, estéticas, políticas e das pedagogias comunitárias.

Segundo a autoria citada, reflorestar metodologias não se limita a incluir referências indígenas ou ampliar o repertório teórico da pesquisa, mas de reorganizar o terreno epistemológico, devolvendo densidade, relacionalidade e responsabilidade ao ato

de pesquisar. Reflorestar é permitir que outros modos de produzir conhecimento cresçam sem serem submetidos às categorias avaliativas da colonialidade, é devolver o “solo” às comunidades, reafirmando que a pesquisa não deve ser feita *sobre* elas, mas *por* e *com* elas, de acordo com suas prioridades, seus ritmos e suas formas de significar o mundo.

Destarte, o reflorestamento metodológico aparece não apenas como um recurso teórico, mas como uma tecnologia ético-estética-política capaz de romper com o extrativismo intelectual descrito por Vandana Shiva (2003) e com a monocultura da mente, eixo da devastação contemporânea. Ao reinscrever o papel dos sujeitos indígenas, negros e dissidentes como produtores de conhecimento, o reflorestamento metodológico afirma que outros futuros mundos epistemológicos são possíveis – futuros nos quais o conhecimento acadêmico deixa de operar como monocultura para se tornar ecologia.

A decolonização da pesquisa implica problematizar e reconfigurar práticas investigativas moldadas por epistemologias coloniais, sobretudo eurocêntricas, reconhecendo que a produção de conhecimento nunca é neutra, mas que emerge de contextos históricos, políticos e sociais específicos. Utilizamos esse termo, porque não escolhermos falar de um processo histórico concluído em alguns países através da independência, mas do processo epistemológico, cultural e estrutural que continua nesses mesmos países após a independência, operando nas mentes, gênero, raça, sexualidade e produção de saberes com inspirações do feminismo decolonial de Lugones (2010).

Antônio Bispo (2023) alerta-nos que é impossível descolonizar o que nunca foi colonizado, dessa maneira, os quilombos operam contracolonizando. Logo, não basta apenas “descolonizar” no mesmo campo onde o colonialismo se instalou. Pedimos licença para tomar de empréstimo o debate da decolonialidade e contracolonialidade com o objetivo de tensionar as metodologias hegemônicas, reposicionando a prática investigativa a partir de nossas próprias matrizes e linguagens.

Realocar a pesquisa no território das referências ancestrais, coletivas e comunitárias é cultivar práticas que não se limitam a contestar o modelo hegemônico, mas que recusam sua centralidade, abrindo espaço para que nossas epistemes refloresçam nesse solo acadêmico. Implica devolver agência aos povos cujos saberes foram excluídos,

recolocando suas cosmopolíticas, ancestralidade, memória e suas redes vivas que sustentam a existência coletiva como fontes legítimas de produção de conhecimento.

Assim, objetivamos, nesse escrito, reflorestar caminhos metodológicos de pesquisas, descrevendo experiências de propostas metodológicas decoloniais como a Sociopoética, o Construcionismo e a Escrivência para abordar questões de identidades étnicas, raciais e de gênero a partir de uma mulher negra psicóloga e pesquisadora, uma mulher indígena psicóloga e pesquisadora e uma bixa preta psicóloga e pesquisadora desenvolvidas no Mestrado em Saúde da População Negra e Indígena. A escolha dessas três possibilidades metodológicas nasce da percepção que essas operam alinhando teoria para a prática, valorizam os saberes situados, decolonizando as metodologias hegemônicas. Trata-se de uma revisão teórica que retoma conceitos centrais que contribuirão para um pensamento crítico acerca da pesquisa científica e na construção de um futuro das práticas metodológicas decoloniais.

Experimentações de reflorestamento metodológicos de pesquisas com povos indígenas: Sociopoética

A produção do conhecimento sobre os povos indígenas, durante séculos, foi marcada por uma lógica de dominação. Pesquisas que se diziam imparciais e objetivas serviram, muitas vezes, como perpetuação da hegemonia e apagamento – como demonstram Smith (2018), ao denunciar o caráter colonial da pesquisa e Quijano (2005), ao explicitar a colonialidade do saber e Sueli Carneiro (2003) ao tratar do epistemicídio.

A pesquisa com povos indígenas estruturou-se pelo viés da monocultura da mente para compreender processos de cosmodiversidades. Isso implica reconhecer a falha ética e o fracasso histórico no qual alguns estudos foram produzidos, reforçando estigmas como a própria ideia de universalização da categoria “índio” e o tratamento dos saberes indígenas como “crenças” e “mitologias”, e não como epistemologias autocentradas, saberes vivos e situados.

Essa forma de produzir o saber científico tem alicerce nas epistemologias e conhecimentos de regimes coloniais e impactos na linguagem (Mignolo, 2003). Para essas

epistemologias, o pensamento e a escrita ocupam posição de autoridade e centralidade, o que difere profundamente de outros contextos, como o dos povos indígenas que reconhecem e valorizam múltiplas formas de expressão e conhecimento – por meio da oralidade, do corpo, da espiritualidade, do canto, da memória coletiva e do território.

Ser uma indígena e pesquisadora traz desafios e provocações de mundos que não dialogam, enquanto tentam se negar. Ao pisar nesse território pensante, é um constante afirmar-se sobre quem somos.

As metodologias mais utilizadas nesse cenário baseiam-se em procedimentos de observação, categorização e registro que exigem o distanciamento entre pesquisador e “objeto”, reforçando uma posição epistêmica na qual o pesquisador é visto como sujeito neutro e externo, e os povos indígenas como objetos de estudo. Como argumenta Smith (2018), esse modelo consolidou a exclusão sistemática de indígenas do lugar de produtores de conhecimento.

Algumas questões precisam ser observadas nas pesquisas que se desenvolvem em contexto indígenas. Primeiro, a forma que a pessoa pesquisadora se apresenta e chega, na comunidade, pode ser repentina, com pouco ou inexistente vínculo; as informações e a relevância da pesquisa podem não ser compreendidas pelo grupo, dependendo da linguagem e dos interesses coletivos; a transição de um “corpo estranho” na rotina pode causar inibição e fuga; os assuntos abordados podem gerar desconforto e invasão a questões sensíveis para a comunidade; os registros constantes podem gerar desconfiança sobre o que está sendo escrito e observado. Ao aplicar questionários estruturados, corre-se o risco de imposições de categorias e linguagens alheias com traduções forçadas que distorcem significados essenciais da cosmologia. Esse ponto é relevante porque mostra as posições de desigualdade que a pesquisa gera como efeito.

Existe uma exposição minuciosa de cada detalhe das comunidades, onde a pessoas participantes não opinam sobre o que aparece, da forma que aparece e quais os impactos disso. Depois de um pouco tempo, o autor tem seu título e quase que uma autorização universal (colonial) de propriedade máxima intelectual sobre aquele conhecimento específico do povo.

A minha experiência de chegada na pesquisa de mestrado sobre sofrimento ético-político do Povo Tuxá com a construção da barragem de Itaparica foi tecida por vários desafios. No decorrer da pesquisa, diversas situações evidenciaram as barreiras institucionais impostas, sobretudo, quando investigava um tema relacionado território que pertence. A burocracia universitária mostrou-se extensa e pouco sensível às especificidades dos saberes tradicionais, impondo prazos rígidos e procedimentos formais que destoavam das temporalidades indígenas. A tramitação junto ao Comitê de Ética (CEP) e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) foi especialmente demorada, resultando em meses de espera até a autorização para a realização do trabalho de campo. Paralelamente, a necessidade de autorização da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) acrescentou novas camadas de morosidade ao processo, mesmo sendo indígena do povo e tendo a ampla concordância e interesse manifestado. Os termos de consentimento exigidos, redigidos em linguagem técnica e ocidentalizada, demonstraram-se distantes dos modos indígenas de compreender e expressar o consentimento, o que resultou na construção de uma oralidade mais acessível, ética e respeitosa. Além disso, o tempo limitado para a realização da pesquisa empírica não permitiu a possibilidade de aprofundamento nas experiências e nos saberes compartilhados, evidenciando a urgência de reconfigurar as estruturas acadêmicas a partir de uma perspectiva pluriepistêmica e intercultural.

Destarte, é válido afirmar que, quando a pesquisa chega nos corpos-territórios, existem outras produções de conhecimento, que é diferente da imposta como universal, mas que não se disputam entre si. O valor e sentido desse conhecimento é totalmente distanciado do que aprendemos na academia, inclusive sobre ética. Ética é também escutar o que diz nossa terra, nossos bichos, outras manifestações de linguagens, pois a natureza também manifesta fala. Ética é respeitar o sagrado, estabelecer pontos de encontros e não fronteiras de afastamentos.

Com isso, foi pensado como metodologia de pesquisa a sociopoética, sendo um método criado por Jacques Gauthier, que propõe uma abordagem baseada na valorização de diversos saberes e de construção coletiva do conhecimento (Silveira et al.2008). A escolha do método tornou-se adequada por compreender que essa abordagem rompe com

a rigidez da ciência hegemônica, permitindo a participação ativa dos sujeitos e reconhecendo a importância dos saberes situados. No entanto, é fundamental destacar que, na cosmologia indígena, também existem métodos próprios de investigação e produção de sentido. Entre os Tuxá, por exemplo, há o “assuntar”, prática ancestral como linha investigativa de alguma demanda que surge. O assuntar é buscar respostas com os mais velhos, encantados, ancestralidade e obter as interpretações ou respostas diretivas e/ou conclusivas. Essa forma de investigação traduz uma epistemologia própria, enraizada no território e nas relações de pertencimento.

Assim como a sociopoética rompe com os padrões rígidos da ciência positivista, os métodos indígenas desafiam a lógica colonial do saber único, evidenciando outros pensamentos com seus próprios critérios de validade que coexistem e devem ser reconhecidas como fontes legítimas de conhecimento.

Trabalhar com a sociopoética permitiu a utilização de desenhos, narrações, expressões corporais como o canto e toré para a dinâmica de quebra-gelo, corpo-território e a técnica da imagem congelada coletiva em que narra a tríade da “velha Rodelas”, “barragem” e “nova Rodelas”, trazendo elementos simbólicos necessários para a trama social abordada, bem como, o sofrimento-ético político que diz das dores da injustiça, desenraizamento, desunião coletiva e traição. No desenho, tiveram algumas alterações para que os sentidos fossem mais próximos, como trazer a definição de si associado a um elemento do território, a dinâmica de quebra-gelo ser substituída pelo canto e o desenho produzir uma cartografia do corpo-território Tuxá e os elementos significativos nessa constituição.

Como resultados gerais, o trabalho já defendido refletiu sobre as metodologias se configurarem em contextos que não produzem significados ao grupo pesquisado e a necessidade de propor caminhos mais alinhados com as próprias populações da pesquisa. Essa pesquisa contribuiu para responder as demandas da comunidade, como forma de cuidar das questões silenciadas pelos impactos ocasionados com a construção da barragem. Também, pela urgente necessidade de apresentar novos elementos e perspectivas sobre as produções relacionadas à construção de empreendimentos e sua relação com a saúde.

A crítica apresentada, nesse artigo, não é à pesquisa em si, mas ao modo como historicamente ela é feita com povos indígenas: sem consentimento, sem retorno, sem ética relacional. Nesse contexto, pensar em decolonizar a pesquisa é mais do que uma proposta metodológica – é um posicionamento ético, político e epistêmico que questiona quem produz saber, para quem, com que métodos e compromisso.

É justamente nesse ponto que a sociopoética se alinha as perspectivas que deslocam os lugares de produções de conhecimentos, realocando no centro das experiências outras possibilidades de saberes, como o próprio ato de escrever com a memória, corpo, território, vivências. Uma outra maneira de construção de pesquisa, é a escrevivência que deslocar os modelos epistemológicos que silenciam experiências subalternas de corpos negros. Portanto, passaremos para o relato de uma Escrevivência que trata de memórias, ancestralidade e experiências corporificadas de mulheres negras.

Experimentações de reflorestamento metodológicos de pesquisa com mulheres negras: Escrevivência

A escrevivência é uma forma de produção de conhecimento criada por uma mulher negra, a escritora Conceição Evaristo, para mulheres negras, trazendo a escrita de vivências que proporcionam não só uma identificação para essa população, mas também como um meio de produzir conhecimentos dentro e fora da academia.

Segundo Pontes e Accorssi (2024), a escrevivência constitui uma forma de escrita atravessada por memórias, ancestralidade e experiências corporificadas, na qual o sujeito narra sua história a partir da posição social que lhe é imposta enquanto corpo racializado. Trata-se de uma escrita que emerge de um lugar marcado por múltiplos vetores de subalternização – marcadores sociais que inferiorizam, marginalizam e tentam silenciar tais existências, como por exemplo, as mulheres negras. Falar a partir desse lugar não apenas permite a expressão de uma perspectiva subjetiva, mas também coletiva, uma vez que, embora as experiências sejam vividas de modo singular, os mecanismos de opressão que as atravessam são estruturalmente compartilhados.

Como afirma Conceição Evaristo (2005, p.64), “nossas escrevivências não podem ser lidas como histórias de ‘ninar os da casa-grande’, e sim para incomodar seus ouvidos”. Nesse sentido, a escrevivência não apenas denuncia as violências históricas impostas aos corpos negros, mas também afirma suas existências, saberes e modos de ser como formas legítimas de produção de conhecimento.

A escrevivência, enquanto prática de escrita fundamentada na experiência, na subjetividade e na ancestralidade de mulheres negras, enfrenta diversas implicações no espaço acadêmico, sobretudo por ir contra a fatores como a objetividade, a neutralidade e o distanciamento de pessoas pesquisadoras que ainda regem grande parte das metodologias científicas. A crescente presença de corpos negros nos espaços acadêmicos brasileiros tem provocado fissuras significativas nas estruturas consolidadas nas universidades. A construção de novas metodologias representa um gesto de reparação epistemológica e um movimento de ruptura que configura uma verdadeira revolução no campo do conhecimento. A incorporação das escrevivências ao repertório legítimo dos gêneros acadêmicos implica a valorização de uma escrita em primeira pessoa que se recusa ao distanciamento impessoal e à neutralidade epistemológica. Trata-se de produções que, embora textuais, extrapolam os limites da linguagem racionalizada: são também sensoriais pois carregam sons, cheiros, sabores, afetos – e, sobretudo, dor. Expurgar essa dor por meio da escrita é, portanto, um gesto de reconciliação com o presente e de afirmação da existência (Felisberto, 2020).

Uma das contribuições centrais dessa metodologia decolonial consiste em sua capacidade de explicitar e sistematizar os fundamentos históricos e epistemológicos da colonialidade do poder, do ser e do saber, possibilitando uma compreensão crítica das estruturas que sustentam as desigualdades e orientando a formulação de estratégias voltadas à transformação da realidade social (Bernadino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018). A escrevivência surge como um espaço para que mulheres negras ergam as suas vozes dentro e fora da academia, abordando suas vivências e mostrando a potência criadora de conhecimento destas, desafiando o racismo epistêmico.

Na minha pesquisa de mestrado ainda em curso sobre um Coletivo que tem o foco a Psicologia Preta como dispositivo de cuidado em saúde mental e enfrentamento ao

racismo de psicólogas negras, utilizar a escrevivência como metodologia de trabalho proporcionou amplificar a voz de mulheres negras, assim como também a minha. Através dos encontros quinzenais, repletos de vivências dessas mulheres negras e psicólogas, é possível perceber as singularidades de suas existências, mas ao mesmo tempo, o quanto que estas se atravessam e carregam dores, marcas semelhantes, mostrando o encontro entre a subjetividade destas e as histórias coletivas. O principal objetivo do coletivo é o grupo de acolhimento que acontece quinzenalmente, na modalidade online e com mulheres de diversos lugares do Brasil.

De início, deixar de lado o hábito de escrever de modo impessoal ensinado e fortalecido no âmbito acadêmico foi um desafio, mas ao mesmo tempo proporcionou a liberdade de compartilhar as vivências de mulheres negras e psicólogas em meu projeto de dissertação. É também sobre mim, mulher negra e psicóloga que ao longo da trajetória profissional foi se (des)construindo e se (re)conhecendo com mulher negra em meio às vivências individuais e coletivas, principalmente nos encontros do grupo de acolhimento do coletivo. Como afirma bell hooks (2019), a escrita é um ato de resistência, político que rompe com as constantes práticas de silenciamento. E esse trabalho é sobre romper silenciamentos, falar sobre temáticas que atravessam a nós mulheres negras em um espaço seguro de dororidade e afetividades.

Essa abordagem coletiva e afetiva permitiu com que houvesse a aproximação dessas vivências e representação de cada uma das mulheres que compõem a pesquisa. A escrevivência nesta dissertação acontece não só através do referencial teórico que compartilha as minhas percepções e vivências, mas também traz as dessas mulheres negras e psicólogas, que também estarão presentes na entrevista coletiva e nas oficinas que darão espaço para que estas produzam através de perguntas disparadoras e materiais compartilhados, as suas percepções sobre as temáticas “Tornar-se negra e psicóloga”, ancestralidade e a construção de uma carta aberta para mulheres negras psicólogas como uma das produções dessas oficinas. A escrita, nesse contexto, ultrapassa a função de mero instrumento de registro e se configura como um território de cuidado de si e do outro. Por meio da narração de suas próprias experiências, mulheres negras reinscrevem suas existências no âmbito da linguagem, produzindo deslocamentos tanto afetivos quanto

epistemológicos. A escrevivência assume, assim, o caráter de um gesto simultaneamente resistente e reparador, constituindo-se como uma prática de cuidado coletivo que tensiona e desestabiliza a suposta neutralidade que sustenta os paradigmas acadêmicos tradicionais.

A adoção da escrevivência como método sustenta o reconhecimento da subjetividade como parte integrante do processo científico. Escrever a partir das experiências de mulheres negras, nesse caso de mulheres negras psicólogas, configura-se como prática política que afirma sua presença, agência e protagonismo na produção de conhecimento, bem como na reconstrução das narrativas sobre si e sobre o mundo. As escrevivências de mulheres negras configuram uma contribuição relevante para a descolonização dos saberes e das práticas acadêmicas, ao propor modos de produção científica comprometidos com a realidade social e com o enfrentamento das estruturas de opressão.

Experimentações de reflorestamento metodológicos de pesquisa com bixas pretas: Construcionismo Social

Uma outra experiência metodológica capaz de questionar a objetividade e a universalidade; valorizando as experiências, os contextos locais e os saberes situados foi o Construcionismo Social por se constituir em um método de decolonização do conhecimento e das práticas sociais.

Podemos perceber o potencial decolonial nas suas tentativas de quebra do saber eurocêntrico na forma de se fazer pesquisa. No estudo de Cardoso, Guimarães e Beiras (2023) podemos perceber que a metodologia, advinda do movimento construcionista, é uma alternativa coerente no que diz respeito às pessoas que desejam proporcionar uma ciência diferente daquela que é proposta pelas pesquisas positivistas hegemônicas. Tal metodologia não se sustenta na “essencialidade”, mas nas questões históricas e culturais do conhecimento e na linguagem como forma de ação social, focando nas práticas sociais e nas interações, inclusive na interação que o autor faz com o conhecimento levantado, focando também nos processos. O construcionismo social, ao reconhecer que o

conhecimento é construído socialmente e culturalmente, abre espaço para a inclusão de vozes e saberes que foram silenciados ou marginalizados pelo pensamento colonial.

O Construcionismo Social, antes de ser um método, é um movimento antiessencialista e antirrealista. Nesse sentido, segundo Duarte Alves e Justo (2007), usar desse movimento, enquanto possibilidade de estudo, implica uma desconstrução contínua das posturas conservadoras que regem nossas práticas científicas.

O que o construcionismo social vem propor é um conhecimento que surge do vínculo entre pesquisador e os dados construídos da pesquisa, sejam esses epistemológicos ou buscados na sociedade. Este processo valorizar a cultura, convoca a pessoa pesquisadora a se implicar e se posicionar, bem valoriza o que é produzido a partir das relações e dos contatos.

Enquanto bixa preta, que está em processo de feitura de uma dissertação sobre espiritualidade de matriz africana como lugar para o enfrentamento do sofrimento psíquico das bixas pretas, posso dizer que o construcionismo social me possibilitou um caminho de quebra da formalidade de falar em terceira pessoa e trazer os conhecimentos os quais eu carrego para pesquisar e estudar sobre as bixas pretas e seu sofrimento ético-político (Sawaia, 2001), que é um sofrimento marcado pela exclusão social e política e se desenvolve na ética e moral social. Ouvir as bixas pretas, bem como senti-las em sua expressividade é necessário, pois seus afetos tão marginalizados e dolorosos são vivências e sentimentos que quantitativamente não se mede, não se extrai. A partir do construcionismo social, sinto-me participando da construção do conhecimento e valorizado em meus atravessamentos políticos.

Segundo Souza, Máximo e Pereira (2020), o sofrimento ético-político designa um tipo de sofrimento que emerge quando exigências morais e práticas políticas se chocam com limitações institucionais e condições sociais estruturais, produzindo sofrimento subjetivo e danos coletivos. Trata-se de uma categoria analítica e prática que evidencia como a política e a ética se entrelaçam na produção de sofrimento social. Compreendê-lo implica integrar análise crítica das estruturas institucionais e investigação das experiências vividas, de modo a propor intervenções que revertam tanto condições estruturais quanto processos cotidianos que perpetuam injustiça e desgaste moral.

Ouvir as bixas pretas é gesto político e epistêmico que ilumina formas particulares de sofrimento ético-político, ao mesmo tempo em que cria caminhos para reparação simbólica, solidariedade e transformação institucional. A prática de escuta que reconhece autoria das viventes contribui para políticas e intervenções mais justas, sensíveis e fundamentadas nas experiências reais daqueles que, historicamente, têm sido silenciados e marginalizados (Stein; Araújo; Domingues, 2018).

Assim, o Construcionismo Social tem o potencial de funcionar justamente na consideração da visão e experiência do autor juntamente de todo material teórico que embasará o método de análise, além disso, apareceu fortemente na construção coletiva da discussão entre o grupo de bixas pretas e na valorização da linguagem do grupo presente na pesquisa. Nesse sentido, os caminhos da pesquisa também se encontram com os caminhos do autor, com sua forma de ver, sentir e experimentar o problema, bem como de adentrar nos caminhos discursivos, de análises de dados, de participar no que se resulta.

Raseira e Japur (2005), no estudo intitulado “Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia”, fazem um convite à Psicologia a partir da apresentação do Construcionismo social em sua metodologia e seus princípios. É importante ver que tal abordagem se aproxima muito mais do sofrimento humano, por ter uma construção de conhecimento que é ético-política, ou seja, tem um enfoque mais abrangente à cultura, às relações, às desigualdades e aos saberes que buscam fazer uma análise sobre o sofrimento humano. É uma ferramenta de compreensão da realidade ética e política, e desafia as posturas coloniais e eurocêntricas.

Raseira e Japur (2005) nos diz que tal metodologia apresenta um conjunto de críticas ao fazer científico, buscando ressaltar a especificidade cultural e histórica das formas de conhecermos o mundo, a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento, a interligação entre conhecimento e ação, pensando numa pesquisa que promova uma postura crítica e reflexiva. Fica então um convite à uma prática científica que se implique culturalmente e que promova a ampliação dos vocabulários relacionais.

Experimentações com/entre Sociopoética, Escrivivência e Construcionismo Social para criação de futuros possíveis na pesquisa decolonial

Destarte, esse escrito posiciona três abordagens metodológicas que podem contribuir para o "reflorestamento" de experimentações na pesquisa, potencializando a feita e invenção de um futuro da pesquisa decolonial. Trazendo a escrita de autorias que, tradicionalmente, foram marginalizadas do solo da pesquisa científica, partilhamos de dispositivos metodológicos que operam realizando críticas ao positivismo, interligação entre conhecimento e prática, valorizamos saberes produzidos a partir da experiência vivida e construídos relacionalmente, amplificação de vozes silenciadas pelo pensamento colonial e implicação de pesquisadores no ato de pesquisar. Dessa maneira, reconfiguramos o sofrimento ético-político em narrativas, ações e memórias capazes de produzir reconhecimento social, luta política e reparação simbólica. Além de reafirmamos o compromisso com uma ciência situada, sensível e politicamente implicada, que valoriza as epistemologias ancestrais e coletivas.

A partir dessas experimentações com as pesquisas, deseja-se impulsionar saberes e métodos vinculados a uma vertente de afirmação da potência de crítica às pesquisas tradicionais, mas também de construções ampliadas dos conhecimentos e metodologias imbricadas com um solo territorial ancestral nessas bases científicas. Tais metodologias proporcionam um desafio à visão ocidental e eurocêntrica do conhecimento, trazendo uma valorização à perspectiva dos subalternizados e a pluralidade das experiências.

Percorrer caminhos ainda não definidos produz desejos de marcá-los e desafios, assim, vários corpos negros, indígenas e de bixas pretas, nas academias, têm aldeado e aquilombado esses conhecimentos e ampliado outros saberes. Pisar em um chão, que em suas bases epistemológicas e metodológicas não trazem a força do conhecimento desses corpos, mostra-nos que precisamos construir processos de retomada desses lugares para reflorestar esses espaços de monocultura do pensar e fazer pesquisa.

Trazer essas problematizações para a pesquisa acadêmica não significa refutar suas contribuições, mas apontar a necessidade de um campo teórico-metodológico diferente do que já se construiu até aqui, para que esses modos de pesquisar promovam

métodos mais alcançáveis das vidas, que sejam, questões e prioridades elencadas pelas comunidades que tenham respeitadas, no processo, a sua participação e autodeterminação.

Nesse sentido, esses corpos em suas atribuições têm um papel importante de primeira entrada e reflorestamento das produções científicas. Existe muita roda para girar, toré para pisar, vozes para entoar cânticos e escritas para reflorescer. Aldeemos e aquilobemos também os territórios das pesquisas.

Referências

BERNADINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramon; TORRES-MALDONADO, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade. São Paulo: Geledés/Instituto da Mulher Negra, 2003.

CARDOSO, David Tiago; GUIMARÃES, Ariane Noeremberg; BEIRAS, Adriano. Diálogos em movimento: Em direção à metodologia construcionista social. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 16, n. 2, 2023.

JESUS, Jessica Oliveira de. A Máscara. **Cadernos de Literatura em Tradução**, Brasil, n. 16, may 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/view/115286>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FELISBERTO, Fernanda. Escrivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabela Rosado (org.). **Escrivência: a escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Malê, 2020.

hooks, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LUGONES, María. **Toward a decolonial feminism**. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742–759, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em político.** Cadernos de Letras da UFF, n. 34, p. 287–324, 2008b. Disponível em: <http://www.revistacult.uol.com.br/home/2008/07/desobediencia-epistemica/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

MOMBAÇA, Jota. **Pode um cú mestiço falar.** 6 jan. 2015. Disponível em: <https://medium.com/@jotamombaca/pode-um-cu-mestico-falar-e915ed9c61ee>. Acesso em: 26 mar. 2025.

PONTES, Giovana; ACCORSSI, Aline. **Caminhos e desafios para o uso da escrevivência como metodologia de pesquisa.** In: ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 26, 2024. Anais Pelotas: UFPel, 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RASERA, E. F.; JAPUR, M. Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 15, n. 30, p. 21-29, jan. 2005.

REIS, Maria da Conceição; SILVA, Claudilene Maria da. **Bases epistemológicas de pesquisas relacionadas à população negra e educação.** Roteiro, Joaçaba, v. 46, e26312, jan. 2021. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592021000104008&lng=pt&nrm=iso. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v46i.26312>.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu Editora; PISEAGRAMA, 2023.

SAWAIA, Bader Burihan. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão.** SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, p. 96-118, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003.

SILVEIRA, Lia Carneiro; ALMEIDA, Arisa Nara Saldanha; MACEDO, Simara Moreira; ALENCAR, Monyk Neves; ARAUJO, Michell Ângelo Marques. **A sociopoética como dispositivo para produção de conhecimento.** Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 12, n. 27, p. 873-881, out. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832008000400016>. Acesso em: 23 jan. 2023.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias:** pesquisa e povos indígenas. Tradução de Roberto G. Barbosa. Curitiba: UFPR, [s.d.].

SOUZA, Alessandra de Almeida Rodrigues de; MÁXIMO, Carlos Eduardo; PEREIRA, Eliane Regina. Sofrimento ético-político e agentes comunitárias de saúde: relações e cuidados. *Revista Psicologia Política*, v. 20, n. 49, set./dez. 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300010. Acesso em: 15 nov. 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STEIN, Julia; ARAÚJO, Isabela Dias M. de; DOMINGUES, Adriana Rodrigues. Expressões do sofrimento ético-político da população em situação de rua no bairro da Luz. In: Atena Editora. [S.l.], 2018. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/81258>. Acesso em: 15 nov. 2025.

Decolonization and reforestation of methodology as the construction of knowledge of ethnic, racial and gender identities from a black woman, an indigenous woman and a black queer woman

Abstract: This article proposes methodological reforestation as a practice of epistemic decolonization and affirmation of knowledge produced by historically subalternized subjects. Anchored in authors who are references in the authors' research and based on the experiences of a Black woman, an Indigenous woman, and a Black queer person, psychologists and researchers linked to the Master's Program in Black and Indigenous Population Health, methodologies such as Sociopoetics, Social Constructionism, and Writing-as-lived that guide their Master's research are described and analyzed. This is a theoretical review that revisits central concepts that will contribute to thinking about decolonial methodological practices. These approaches highlight the power of situated, community-based, and politically engaged methodologies, capable of counteracting Eurocentric paradigms of neutrality and universality. The methodological practices presented reaffirm the commitment to a situated, sensitive, and politically engaged science that values ancestral and collective epistemologies as legitimate ways of producing and sharing knowledge, breaking silences and enabling plural epistemological futures.

Keywords: Decolonization. Racism. Methodological reforestation. Knowledge.

Recebido: 22/05/2025

Aceito: 20/02/2026